

IV Seminário de Pesquisa Interdisciplinar
“Democracia e informação como ferramentas de inclusão e gestão: um debate interdisciplinar”.
Universidade do Sul de Santa Catarina, SC, Brasil, 21, 22 e 23 de maio de 2012

**PLANEJAMENTO URBANO E TURISMO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA
RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E PLANO DIRETOR
MUNICIPAL**

**URBAN PLANNING AND TOURISM: CONSIDERATIONS ABOUT THE
RELATIONSHIP BETWEEN TOURISM DEVELOPMENT AND MUNICIPAL
MASTER PLAN¹**

Costa da Silva, Fernanda²
Martins da Silva, Aline³

Resumo

Este trabalho examina o Plano Diretor de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, Brasil, partindo-se da perspectiva da capacidade deste documento em contribuir para o planejamento turístico da cidade. No Brasil, o Plano Diretor é um instrumento de organização espacial e planejamento urbano, aplicado em cidades com mais de 20 mil habitantes. Em Porto Alegre, o primeiro Plano Diretor, chamado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU –, foi aprovado em 1979 e, revisado em 1999, foi publicado como Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA. Este documento aborda aspectos como sociabilidade, comunicação entre diferentes territórios, atratividade, competitividade, contemplação espacial e aspectos culturais, especialmente ligados ao uso da terra, não sendo verificada abordagem direta ao planejamento turístico em seu conteúdo. Contudo, esses elementos corroboram para a promoção do turismo, o qual neste trabalho é tratado como fenômeno histórico e social, que requer deslocamento de indivíduos em diferentes tempos e espaços em relação às suas atividades cotidianas. Estes deslocamentos são formados por fatores subjetivos, motivados por elementos tanto concretos como simbólicos, implicando, portanto, em novas práticas e comportamentos na busca do prazer. Assim, este estudo investiga a falta de ligações diretas entre planejamento urbano e turismo. Isso porque o turismo, muitas vezes, é tratado como uma questão secundária em Planos Diretores, de forma que as consequências que este instrumento traz para o turismo são muitas vezes resultantes da abordagem de outras áreas. Nesse contexto, o objetivo principal deste estudo é contribuir para a discussão da relevância do fenômeno turístico como um assunto a ser tratado em um Plano Diretor. A discussão se justifica pela necessidade de integração entre diferentes níveis de gestão territorial, considerando a acuidade de construir uma cidade que abrange as questões do turismo como parte do planejamento urbano.

¹ Trabalho apresentado ao GT4.

² Mestranda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

³ Mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Turismo; Plano Diretor Municipal; Porto Alegre.

Abstract

This paper examines the Master Plan of Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul, from the perspective of its capacity to contribute to the tourism planning in this city. In Brazil, the Master Plan is an instrument of spatial organization and urban planning to be implemented in cities with over 20.000 inhabitants. In Porto Alegre, the first Master Plan, called the Master Plan for Urban Development – PDDU –, was approved in 1979 and revised in 1999 when the Master Plan for Urban Development and Environmental – PDDUA – was published. This document approaches aspects such as sociability, communication between different territories, attractiveness, competitiveness, spatial contemplation and the cultural aspects, with regard to land use. Nevertheless these essential elements to the tourism development are not directly referred in the PDDUA. However, they serve to promote the tourism, which in this paper is treated as a historical and social phenomenon that requires the displacement of individuals in different times and spaces from their daily lives. These displacements are formed by subjective factors, which allow both concrete and symbolic departures daily, implying, therefore new practices and behaviors with the pursuit of pleasure. This study investigates the lack of direct links between urban planning and tourism. Tourism often is treated as a secondary matter in Master Plans, and the consequences that this instrument brings to tourism are often a result of other fields of approaches, not specific to tourism. In this context, the main objective of this study is to contribute towards the discussion of the relevance of the touristic phenomenon as a subject directly in a Master Plan. In the same way, it aims to demonstrate the importance of tourism to consider the PDDUA as a tool for territorial planning. The discussion is justified by the need for integration between different levels of territorial management, considering the need to build a city that covering the tourism issues as part of the urban planning.

Keywords: Urban planning, Tourism, Municipal Master Plan, Porto Alegre.

1. INTRODUÇÃO: PLANEJAMENTO URBANO E TURISMO

Cada vez mais o turismo tem merecido especial atenção por parte de outras áreas do conhecimento, dada sua característica de Ciência Social Aplicada, portanto em relação direta e constante com diversas instâncias do saber. Mas, se antes os interesses estavam baseados nos problemas que o desenvolvimento desenfreado da atividade vinha trazendo para as comunidades locais, hoje se tem melhor entendimento das consequências negativas do turismo, e seu benefícios são tratados de forma mais aprofundada, buscando-se investigar como é possível trabalhar melhor com os fluxos e métodos de desenvolvimento turístico, tanto para

investidores, como para os espaços, as comunidades receptoras e para os clientes do segmento.

O desenvolvimento turístico é uma realidade social e econômica, usada como mote de geração de divisas por muitos gestores. Segundo a Organização Mundial do Turismo, o segmento turístico configura-se como o mais promissor na realidade econômica mundial, destacando-se como um dos três mais importantes negócios globais, sendo responsável por empregar 10% da população economicamente ativa do mundo.

Tradicionalmente, a oferta do lugar turístico no Brasil tem se pautado no que, aparentemente, venha a ser um produto “pronto”, quais sejam, os recursos naturais, negligenciando-se, por muito tempo, a organização do espaço urbano para o turismo. Dessa forma, como baliza Yázigi⁴, ignorou-se o quanto, por si só, esse espaço poderia ser motivo de permanência mais prolongada e de deleite dos consumidores do mercado turístico.

No contexto turístico contemporâneo, as cidades se estabelecem como produtos complexos (compostos de atrativos, facilidades e acessos), devido a sua infraestrutura e pelas atividades que oferecem. Como sinaliza Pesavento⁵, elas são “por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo”. Lynch⁶ ainda aponta que a cidade não é apenas um objeto perceptível por milhões de pessoas com os mais variados tipos de personalidades, mas também é produto de muitos construtores que constantemente modificam a estrutura por razões particulares. Assim, Silva⁷ indica que se observa o uso do ambiente urbano como atrativo turístico, principalmente, em consequência do crescente interesse por elementos culturais e patrimoniais que compõem a ambiência cotidiana de uma cidade.

⁴ YÁZIGI, Eduardo. *Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2003.

⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun/jun. 2007.

⁶ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.

⁷ SILVA, Aline Martins. *Atratividade e Dinâmica de Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer e Turismo*. Porto Alegre, UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

Nesse sentido, os objetos arquitetônicos, os espaços urbanos, as atrações naturais ou artificiais são igualmente importantes por atraírem tanto turistas como visitantes. Faz-se imprescindível, por isso, como indica Moreira⁸, a promoção do processo de conhecimento em relação a esses patrimônios e de lugares, uma vez que os grupos sociais que já habitaram ou que habitam em determinado lugar deixam nele suas marcas, sendo elas passageiras ou permanentes, mas igualmente importantes para a construção e modificação dos espaços.

A relação e compreensão, por parte da população residente, em analogia ao seu meio urbano é essencial à conformação particular não apenas das grandes metrópoles, mas de qualquer cidade. Souza⁹ assinala que espaços públicos são, essencialmente, constituídos pelas diferenças entre seus usuários, de forma que as inter-relações destes configurem igualdades de direitos, salvaguardados por leis e normas de conduta, as quais são desenvolvidas e amparadas em um sistema de gestão, regido pelo Estado. O espaço público seria, então, o resultado dos processos de relação entre o Estado e a sociedade civil. Nesse sentido, o planejamento para o meio urbano, em especial no tocante às ações que interagem com o espaço público – as cidades –, configura-se como importante ferramenta de diálogo entre essas duas esferas – sociedade civil e Estado.

Em relação ao planejamento formal do setor turístico, tem-se registro de que sua atividade iniciou na França, em 1948, com o Plano Quinquenal do Equipamento Turístico Francês, que durou de 1948 a 1952. Alguns anos mais tarde, a Espanha também se destacou no setor, com o Plano Nacional de Turismo, de 1952, como sinalizam estudos de Hall Sinse¹⁰. No Brasil, na década de 60, a criação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR – marcou o início de ações mais organizadas para o turismo sob o enfoque econômico, mas somente na década de 90 que o setor

⁸ MOREIRA, Angela Martins. *Ambiência cotidiana como formadora dos lugares para o lazer e o turismo* (2006). Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos>>. Acesso em: 20 de agosto de 2008.

⁹ SOUZA, Felipe Silveira de. *O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir dos parques urbanos de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

¹⁰ HALL SINSE, C. Michael. *Planejamento turístico: políticas, processo e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

iniciou ações planejadas visando o território nacional enquanto unidade com identidade turística, a partir do Plano de Desenvolvimento do Turismo. Não implementado, do Plano de 1991 passou-se para um segundo homônimo, em 1992, também sem grande expressão. Em 1994, de maior impacto, instaurou-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Com a criação do Ministério do Turismo, nos anos 2000, foi instaurado o Plano Nacional de Turismo, em 2003 e, a partir de então, como destaca Barretto¹¹, as estratégias de planejamento brasileiro abrangeram novos aportes e seguiram perspectivas organizacionais embasadas em tendências do mercado turístico internacional.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o planejamento turístico determina etapas necessárias para se chegar a resultados específicos, estando no âmbito de uma planificação temporal, ou seja, ocorrendo em um período determinado, sendo, portanto, de caráter dinâmico e flexível, devendo-se ajustar a qualquer modificação do mercado e do meio turístico. Ele se insere, concomitantemente, em um contexto de planejamento global, e em um contexto de gestão nacional e regional. A planificação turística apresenta como suas principais características os aspectos a seguir indicados por Masina¹²: flexibilidade, globalização, integração, sustentabilidade, estratégia e participação comunitária.

Nesse processo de planejamento, devem estar contempladas três grandes áreas metodológicas, quais sejam a caracterização geral, o estudo dos aspectos turísticos e a análise dos procedimentos implantados. Como exemplificação da primeira, tem-se o estudo de viabilidade ambiental, a estimativa de despesas e lucros e a adequação de todos os processos às leis vigentes. Na área dos aspectos turísticos, Ruschmann e Widmer¹³ especificam ser importante avaliar-se, por exemplo, os recursos disponíveis (inventário de bens), as previsões de estruturação de serviços e equipamentos, a estruturação de capacidade de carga e a promoção de estratégias de integração da população à realidade turística.

¹¹ BARRETTO, Margarita. *Planejamento responsável do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

¹² MASINA, Renato. *Introdução ao estudo do turismo: conceitos básicos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

¹³ RUSCHMANN, Doris van de Meene; WIDMER, Gloria Maria. "Planejamento turístico". In: *Turismo: como aprender, como ensinar*. 3ª Ed. V. 2. São Paulo: Senac, 2000. p. 65-86.

Os autores ainda estabelecem que o alcance das metas de planejamento turístico cabe ao Estado, o qual deve “zelar pelo planejamento através de políticas e da legislação necessária ao desenvolvimento de infraestrutura básica”, a fim de se proporcionar benefícios aos residentes e aos turistas. Nesse sentido, ainda que não vise lucros, o Estado tem a responsabilidade de viabilizar condições para captação de recursos e obtenção de crédito. Acerca da acuidade de se planejar o espaço que se pretenda turístico, Ribeiro¹⁴ salienta que:

É importante reiterar que a valorização do espaço urbano, através de ações de planejamento, pode evitar impactos negativos, envolver populações, conservar ambientes naturais e artificiais, e ainda, promover a integração social associada ao lazer e bem estar da cidade como um todo.

O bem estar dos cidadãos, refletido pela melhora de condições de vida, pode ser obtido mediante o desenvolvimento planejado do turismo. Assim, Masina¹⁵ versa que por ser capaz de promover o desenvolvimento de outras áreas ligadas ou não a ele, o turismo promove aproveitamento de mão de obra local, aprimorando-se, também, os produtos e serviços locais, então ao dispor tanto de residentes como de visitantes.

Sob o prisma dos conceitos aqui suscitados, pode-se concluir que as cidades, com suas configurações que abarcam um complexo sistema de bens públicos, apresentam a importante característica da não-exclusão, sendo capazes de estarem sob a gestão do Estado, mas em construção com seus usuários – o público consumidor do espaço. Especialmente no que tange aos bens de consumo turístico, a não-exclusão decorre na medida em que o Estado os oferta também ao cidadão residente, e, por isso, segundo Masina¹⁶, “a atividade turística está intimamente relacionada à presença de bens públicos no mercado”. Nesse sentido, o planejamento urbano e o planejamento turístico municipais estão intrinsecamente conectados, não devendo ser desenvolvidos em paralelo, mas de maneira interrelacionada.

¹⁴ RIBEIRO, Renata M.; SILVEIRA, Marco Aurélio T. *Planejamento urbano, lazer e turismo: os parques públicos em Curitiba - PR. Turismo – visão e ação*, Camboriú, v.8, n.2, p. 309-321, maio/ago. 2006.

¹⁵ MASINA, op. cit.

¹⁶ MASINA, op. cit.

Faz-se necessário, por isso, que os gestores do turismo compreendam que a cidade por si só, quando bem planejada pelo poder público, pode ser um grande atrativo turístico, não necessitando de invenções “temáticas” para se tornar interessante ao turismo. Segundo Yázigi¹⁷, uma cidade que oferece “fatores de civilização” como “informação precisa, facilidades de acesso, hospitalidade, segurança, limpeza, comodidade, possibilidades de contemplação da paisagem urbana ou natural, espaços públicos de qualidade” já estaria atendendo a necessidades básicas de moradores e visitantes.

Também os planejadores urbanos, na sua tomada de decisões diárias, necessitam levar em consideração o potencial turístico de seus espaços. O espaço público, por exemplo, não é apenas um elemento conector entre lugares, é também um espaço de contemplação, de sociabilidade. O ambiente urbano deve ser pensado tanto em termos de poluição sonora, visual, atmosférica, quanto em termos históricos, sociais e culturais. Verifica-se que as dissonâncias acontecem justamente porque tem sido feito um planejamento desconectado entre as diferentes áreas do conhecimento, de modo que uma ou poucas funções são privilegiadas e demais áreas são ignoradas ou pouco contempladas. Em conjunção com o exposto, Castro¹⁸ aponta, em relação às cidades, que “quanto mais valorizada socialmente, mais valor (...) adquire, seja para seus habitantes, seja para seus visitantes”, residindo aí a importância de se implementar um planejamento urbano integrado às necessidades do segmento turístico, quando uma cidade tem como meta o status de turística ou, ainda, quando recebe espontaneamente fluxos de turistas.

2. PORTO ALEGRE E O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – PDDUA

Segundo dados do IBGE¹⁹, Porto Alegre é uma metrópole com mais de 1,3 milhão de habitantes, configurando-se como cidade mais populosa do estado do Rio Grande do Sul. A organização espacial e o uso do solo da cidade são regidos pelos

¹⁷ YÁZIGI, op. cit.

¹⁸ CASTRO apud YÁZIGI, op. cit.

¹⁹ IBGE. Censo 2010. *Brasília*: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 de setembro de 2011.

princípios do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – PDDUA²⁰. Fruto de trabalhos desencadeados a partir da realização do I e do II Congresso da Cidade, em 1993 e 1995, respectivamente, o PDDUA foi implantado em 1999, e se apresenta como ferramenta proponente de um planejamento participativo, sob a regência da Secretaria do Planejamento Municipal – SPM. O Plano²¹ informa, em seu Artigo 24, que a estratégia adotada por ele na gestão do município “objetiva um processo de planejamento dinâmico e contínuo, que articule as políticas da administração municipal com os diversos interesses da sociedade”. Essa visão estaria em conformidade com aquela suscitada por alguns teóricos da área de planejamento urbano e regional, como Cintra²², os quais sinalizam a importância de o processo de planejamento estar de acordo com as adaptações necessárias do meio no qual se aplica, convergindo em atendimento dos interesses da sociedade civil. Nesse sentido, o processo de planejamento não pode ser desenvolvido sob uma ótica unicamente racionalista e tecnocrata das cidades, uma vez que elas são mais do que localizações e estruturas físicas, concretizando-se em reflexos de comportamentos coletivos e sistemas de atividades.

O documento está estruturalmente organizado em três partes, quais sejam: Parte I - princípios, estratégias e modelo espacial; Parte II - sistema de planejamento; e Parte III - plano regulador: regras e normas de ocupação do solo. As estratégias de estruturação e aplicação do PDDUA visam, substancialmente, a estruturação urbana, a mobilidade urbana, o uso do solo privado, a qualificação ambiental, a promoção econômica, a produção da cidade e um sistema de planejamento.

2.1. O TURISMO E SUA RELAÇÃO COM O PDDUA EM PORTO ALEGRE

²⁰ No Brasil, os Planos Diretores são os mecanismos legais de controle, gerenciamento e uso do solo, adotados por cidades com 20 mil ou mais habitantes.

²¹ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental* (PDDUA). Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

²² CINTRA, Antônio Octávio. “Notas sobre os condicionantes políticos do planejamento urbano”. In: *Cadernos DCP* (2), Belo Horizonte, UFMG, 1974, p. 115-138.

Já na primeira metade da década de 1930, quando o fenômeno turístico ainda não era analisado sob o enfoque científico, Loureiro da Silva e Pereira Paiva²³ relacionavam elementos de lazer local e de turismo em um mesmo documento, ao fazerem referência a Porto Alegre. Em *Um Plano de Urbanização*, publicado anos mais tarde, apontavam a cidade como “fadada a ser um grande centro de turismo”. Atualmente, a capital consta como 4ª colocada no ranking nacional em recepção de eventos internacionais²⁴ e seu principal mercado de turismo é o chamado segmento urbano, cujos atrativos apontados como mais significativos pelos turistas são os parques públicos²⁵.

A gestão do turismo de Porto Alegre está a cargo da Secretaria Municipal de Turismo – SMTUR –, criada em 2007 para ser uma estrutura permanente de planejamento, gestão e operação das políticas de turismo da cidade. A SMTUR vem realizando estudos que permitem avaliar o uso e o planejamento do turismo e dos atrativos do segmento na capital. No ano de 2010, a Secretaria²⁶ publicou relatório de demanda nacional turística, visando, dentre outros fatores, a obtenção de subsídios para um planejamento turístico municipal de qualidade, partindo-se de indicadores como o nível de satisfação dos entrevistados.

Como quadro geral da demanda analisada, obtiveram-se dois grandes perfis de turistas: aquele formado por pessoas que se deslocam para a cidade por motivos de lazer, visita a conhecidos ou parentes, ou ainda por motivos de saúde; e um outro grupo, formado por turistas que vão até a capital gaúcha por motivos de negócios ou eventos. Como análise geral da cidade, o balanço é positivo, visto que 66,4% reputaram o destino como “bom” e 29,5% como “muito bom”, alcançando-se média de 3,2, em escala que compreende nível mínimo 1 e nível máximo 4, e 92,7% dos entrevistados indicariam a capital como destino turístico para outros turistas em potencial.

²³ LOUREIRO DA SILVA, José; PEREIRA PAIVA, Edvaldo. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943, p. 21-31.

²⁴ MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil*. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/>. Acesso em 17 de junho de 2011.

²⁵ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre Turismo. *Perfil do turista nacional na cidade de Porto Alegre: relatório de pesquisa 2010*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2010.

²⁶ PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, op. cit.

Reconhecidamente uma cidade turística e bem avaliada pela maioria da demanda, os esforços para melhoria de infraestrutura específica que sirva ao turismo, bem como de serviços que atendam tanto a residentes como visitantes, vem sendo implementados substancialmente pela Secretaria Estadual do Turismo – SETUR –, bem como pela SMTUR. Contudo, levando-se em conta que todos os órgãos, em nível estadual e municipal, devam aplicar sua gerência e seu planejamento em Porto Alegre em concomitância com o PDDUA, uma análise mais específica entre o planejamento urbano voltado ao turismo e o Plano citado faz-se pertinente.

O incremento ou expansão da atividade turística não está explicitamente entre as estratégias de desenvolvimento do PDDUA. Acredita-se que esta ausência se deve, principalmente, ao ano de desenvolvimento do plano, 1999, quando o turismo em Porto Alegre ainda estava em expansão, tentando afirmar-se como um segmento economicamente importante para a cidade. Prova disso, é o fato do órgão específico de planejamento e gestão do turismo na cidade, a SMTUR, ter sido criada quase dez anos após a implementação do PDDUA.

O Plano menciona o turismo apenas como vinculado às possibilidades de qualificação de edificações privadas e em relação ao segmento rural ou às atividades turísticas ocasionadas à beira da orla do Lago Guaíba – um dos principais atrativos turísticos da cidade. Contudo, estratégias e métodos adotados pelo Plano podem ser relacionados ao setor turístico. Por exemplo, no seu Artigo Primeiro o PDDUA enfatiza que tem como tarefa o cumprimento das funções sociais da cidade, visando, entre outros elementos, o enriquecimento cultural desta, pela diversidade, atratividade e competitividade. Estes elementos são vitais para a animação turística, para atratividade de um destino. Além disso, o plano prega a articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitano de Porto Alegre, indo ao encontro do Plano de Regionalização do Turismo²⁷, segundo o qual os municípios devem trabalhar em conjunto, se fortalecendo, de modo a fomentar e desenvolver a atividade turística em nível regional.

Uma das estratégias do PDDUA trata da estruturação urbana e traz a importância de se ter uma cidade funcional para o morador, com meios de transporte

²⁷ MINISTÉRIO DO TURISMO, op. cit.

bem distribuídos, espaços abertos de qualidade, boa integração com os municípios vizinhos. O Plano traça essas características em Porto Alegre, no Capítulo I, Artigo 5º, apresentando uma possível ferramenta para se trabalhar o turismo na cidade, trazendo informações relevantes para o desenvolvimento da atividade turística na capital.

Outro ponto que pode ser relacionado ao desenvolvimento do turismo em Porto Alegre consta no Capítulo IV do PDDUA, o qual trata da qualificação ambiental da cidade. O Artigo 14 traz o tombamento e demais instrumentos como medida de conservação do patrimônio histórico. Ainda de acordo com o mesmo Artigo, uma cidade culturalmente rica e diversificada é aquela que procura manter não apenas o patrimônio construído, mas também seu patrimônio imaterial: sua história, seus hábitos e tradições. Uma cidade que preserva suas raízes, que valoriza seus hábitos e tradições, porque sabe que destes dependem sua identidade, dá mais voz aos cidadãos, torna-se mais forte culturalmente e com isso torna-se mais forte turisticamente, através do turismo histórico-cultural, mas para a atividade turística desenvolver-se neste sentido, necessita de gestores que trabalhem em conjunto de modo que a preservação das tradições realmente ocorra e sirva de mote para o desenvolvimento do turismo²⁸.

Esses dados evidenciam como o planejamento urbano da cidade pode trazer informações relevantes para o planejamento turístico. Indo ao encontro do pensamento de Yázigí²⁹ de que uma cidade qualificada e bem planejada para o morador torna-se uma cidade atrativa para o turista. Todavia, constata-se um paradoxo passível de análise, qual seja a falta de ligação entre as diretrizes de planejamento urbano e a realidade verificada na cidade enquanto receptora de fluxos turísticos. Sendo Porto Alegre um destino turístico já estabelecido e bem avaliado pela demanda, a inexistência da temática de planificação do turismo no Plano Diretor é digna de ponderação crítica, visto que uma cidade que se pretenda turística deve, conforme estudos previamente analisados neste trabalho, prever planejamento e estratégias de gestão específicos para o segmento, pois a demanda

²⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental* (PDDUA). Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

²⁹ YÁZIGI, op. cit.

requer infraestrutura específica em dado momento de desenvolvimento do turismo em uma cidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva nacional do desenvolvimento do planejamento urbano, observa-se, em linhas gerais, feitos tardios de planificação e de acompanhamento das necessidades dos usuários em relação ao meio. Planos diretores e estratégias de gestão pública são estruturados, muitas vezes, de forma desconexa com a realidade, apresentando-se como instrumentos pouco representativos das necessidades da sociedade civil.

No que se refere ao planejamento turístico urbano, o quadro agrava-se, primeiramente pela morosa sistematização e organização do setor e, concomitantemente a isso, pela demora no reconhecimento da importância em se instaurarem ferramentas e instituições específicas ao trato da matéria. Como resultado, mesmo os municípios já consolidados há décadas como turísticos apresentam falhas de planejamento público urbano para manejo de áreas de interesse do segmento, refletindo-se no atendimento desigual, por exemplo, para áreas urbanas centrais e periféricas. Nesse prisma, processos morosos ou desordenados de planejamento turístico refletem em desordenamento territorial e, por conseguinte, no atendimento negativamente desigual para residentes e não-residentes.

A urgência do emprego de instituições, metas, gestão e planejamento distintos para o setor turístico não configura a exclusão de outros setores de gestão pública. Ao contrário, o que se afirma é que o planejamento urbano de uma cidade, ao passo que atende ao lazer local, pode também atender o turismo, em um sistema integrado, mas que, dadas suas características, o sistema turístico ainda necessita de ferramentas e processos particulares para um desenvolvimento responsável.

Assim, compreende-se que o PDDUA é uma ferramenta essencial para o planejamento e desenvolvimento sustentável urbano e rural de Porto Alegre e, conseqüentemente, para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Considera-se que o planejamento turístico que visa a sua sustentabilidade deve preconizar o bem estar da população antes do bem estar do turista, como forma de suas ações serem pensadas mais racionalmente, em concordância com a realidade local, e não baseadas em modas ou tendências internacionais. Dessa forma, o PDDUA deve ser também base para as ações do planejamento turístico de Porto Alegre, o qual precisa caminhar em conjunto com o planejamento da cidade, como forma de tornar a atividade turística uma ação consciente e não uma consequência inesperada de ações urbanísticas.

4. REFERÊNCIAS

BARRETTO, Margarita. *Planejamento responsável do turismo*. Campinas, SP: Papirus, 2005.

CINTRA, Antônio Octávio. *Notas sobre os condicionantes políticos do planejamento urbano*. In: Cadernos DCP (2), Belo Horizonte, UFMG, 1974, p. 115-138.

HALL SINSE, C. Michael. *Planejamento turístico: políticas, processo e relacionamentos*. São Paulo: Contexto, 2001.

IBGE. *Censo 2010*. Brasília: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 de setembro de 2011.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.

LOUREIRO DA SILVA, José; PEREIRA PAIVA, Edvaldo. *Um plano de urbanização*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943, p. 21-31.

MASINA, Renato. *Introdução ao estudo do turismo: conceitos básicos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil*. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/>. Acesso em 17 de junho de 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Plano Nacional de Turismo*. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/>. Acesso em 17 de junho de 2011.

MOREIRA, Angela Martins. *Ambiência cotidiana como formadora dos lugares para o lazer e o turismo* (2006). Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun/jun. 2007.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre Turismo. *Perfil do turista nacional na cidade de Porto Alegre: relatório de pesquisa 2010*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA)*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

RIBEIRO, Renata M.; SILVEIRA, Marco Aurélio T. Planejamento urbano, lazer e turismo: os parques públicos em Curitiba - PR. *Turismo – visão e ação*, Camboriú, v.8, n.2, p. 309-321, maio/ago. 2006.

RUSCHMANN, Doris van de Meene; WIDMER, Gloria Maria. Planejamento turístico. In: *Turismo: como aprender, como ensinar*. 3ª Ed. V. 2. São Paulo: Senac, 2000. p. 65-86.

SILVA, Aline Martins. *Atratividade e Dinâmica de Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer e Turismo*. Porto Alegre, UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SOUZA, Felipe Silveira de. *O espaço público contemporâneo: a complexidade vista a partir dos parques urbanos de Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

YÁZIGI, Eduardo. *Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2003.